

Identidade Territorial e Valorização Produtiva: guia didático para proteção do abacaxi de Pedras de Fogo-PB

Erika dos Santos Leal Maia (IFPB, Campus Campina Grande), Frederico Campos Pereira (IFPB, Campus Pedras de Fogo), Ricardo Maia do Amaral (IFPB, Campus Campina Grande), Paula Angela Umbelino Guedes Alcoforado (UFRB), Tatiane Luciano Balliano (UFAL).

E-mails: erika.maia@academico.ifpb.edu.br, frederico.pereira@ifpb.edu.br, ricardo.maia@academico.ifpb.edu.br, pauga66@gmail.com, tlballiano@gmail.com.

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 5.02.04.00-3 Direito Privado

Palavras-chave: propriedade intelectual; indicação geográfica; marca coletiva; agricultura familiar; desenvolvimento territorial; arranjo produtivo local.

1. Introdução

O município de Pedras de Fogo, localizado no litoral sul da Paraíba, destaca-se como um dos principais polos produtores de abacaxi do Nordeste brasileiro, ocupando posição de destaque no cenário nacional (IBGE, 2020). Apesar dessa expressiva relevância econômica, ainda não há registros oficiais ou estudos científicos específicos que associem formalmente a produção de abacaxi à região mediante o uso de instrumentos de propriedade industrial, como as Indicações Geográficas (IG) e as Marcas Coletivas (MC). Contudo, a qualidade do abacaxi local, notadamente em termos de doçura, medida pelo elevado grau de Brix, tem sido reconhecida por meio de reportagens e registros audiovisuais produzidos nos anos de 2016, 2019 e 2020, que destacam as condições edafoclimáticas e climáticas favoráveis ao cultivo (SOBRINHO, 2016; 2019; 2020; MARTINS, 2007).

A partir desse reconhecimento informal e considerando o potencial econômico e social associado à valorização dos produtos locais por meio da proteção via sinais distintivos coletivos, foram estabelecidas parcerias entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus Pedras de Fogo, e as Secretarias de Empreendedorismo, Agricultura e Educação do município. Esse arranjo institucional resultou na oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), voltados tanto para a capacitação técnica quanto para o aproveitamento produtivo do abacaxi, consolidando-se na publicação do livro "Abacaxi: Técnicas de Produção, Manipulação e Aproveitamento" (MAIA et al., 2021) e na apresentação de resultados no 6º Encontro de Extensão e Cultura do IFPB (ENEX, 2021).

Adicionalmente, a proposta "Abacaxi de Pedras de Fogo-PB" foi contemplada no Edital 63/2021 da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), visando o desenvolvimento de projetos voltados ao registro de IGs e MCs. A coordenação desse projeto, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), possibilitou o desenvolvimento de ações integradas de pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação.

Durante a execução do projeto, foram identificados diversos desafios que evidenciam a necessidade de intervenções sistematizadas e educativas: dificuldades em reunir e organizar formalmente os produtores locais; desconhecimento sobre as ferramentas de proteção da propriedade industrial; baixa escolaridade dos agricultores; e a ausência de uma entidade representativa ativa, visto que a Associação dos Produtores dos Plantadores de Abacaxi de Pedras de Fogo (ASPAB), essencial para o processo de registro coletivo, encontra-se inativa desde 2008 (PORTER, 1998).

Essas dificuldades comprometeram a estruturação de um Arranjo Produtivo Local (APL) formalizado e a consequente proteção jurídica dos ativos coletivos relacionados à cultura do abacaxi. Entretanto, ações estão em curso, com a Prefeitura Municipal empenhada na reativação da ASPAB, o que permitirá aos produtores a formação de um cluster representativo em diferentes instâncias institucionais. Clusters, conforme Porter (1998), são instrumentos estratégicos que potencializam não apenas ações de marketing, mas também facilitam a inserção competitiva de produtos no mercado.

Diante desse contexto, elaborou-se este manual didático com o objetivo de fornecer orientações práticas e acessíveis aos abacaxicultores e demais interessados no processo de reconhecimento e registro de IGs e MCs junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), promovendo a capacitação local, a valorização do produto regional e o fortalecimento da competitividade no mercado nacional e internacional.

2. Materiais e métodos

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, com foco na elaboração de um manual didático destinado a orientar os abacaxicultores do município de Pedras de Fogo-PB sobre o processo de registro de sinais distintivos coletivos — Indicação Geográfica (IG) e Marca Coletiva (MC) — junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Inicialmente, realizou-se uma pesquisa exploratória, com levantamento de referências teóricas e normativas sobre o cultivo do abacaxi e as modalidades de proteção da propriedade industrial. Foram consultadas legislações, manuais do INPI, relatórios estatísticos de instituições como o IBGE e a EMBRAPA, além de publicações acadêmicas.

Em seguida, procedeu-se à análise documental das normas e procedimentos técnicos exigidos para o registro, o que

permitiu a sistematização das etapas necessárias para a formalização do pedido. O conteúdo foi adaptado para uma linguagem acessível, incluindo ilustrações e fluxogramas que orientam, de forma prática, o passo a passo do processo.

A elaboração do manual também foi orientada pelas experiências vivenciadas na aplicação dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e pela participação no Edital 63/2021 da SETEC/MEC, que contribuíram para identificar as necessidades e desafios locais enfrentados pelos abacaxicultores no processo de organização produtiva e proteção dos ativos coletivos.

Por fim, o material foi diagramado e disponibilizado tanto em formato eletrônico, em canais institucionais, como em versão impressa para distribuição entre os produtores, visando facilitar a disseminação das orientações e fortalecer a organização produtiva local.

3. Resultados e discussão

A análise realizada revelou a importância estratégica da produção de abacaxi no município de Pedras de Fogo-PB, tanto sob a perspectiva econômica quanto territorial. Com uma produção estimada em 60 milhões de frutos, o município se posiciona como o maior produtor estadual e o terceiro maior do Brasil, gerando uma receita de aproximadamente R\$ 75 milhões, resultado do cultivo em cerca de 2.000 hectares (IBGE, 2023). Estes dados confirmam o papel central da abacaxicultura na dinâmica socioeconômica local, refletindo-se diretamente na geração de emprego e renda para a população.

Entretanto, apesar da expressiva produção, a região enfrenta entraves estruturais que dificultam a valorização plena do produto no mercado. Entre esses entraves destaca-se a ausência de uma entidade representativa ativa, condição imprescindível para a formalização de pedidos de Indicação Geográfica (IG) e Marca Coletiva (MC), conforme estabelecido pelas normas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (BRASIL, 1996). A Associação dos Produtores dos Plantadores de Abacaxi de Pedras de Fogo (ASPAB), entidade que outrora desempenhava essa função, encontra-se baixa desde 2008, inviabilizando a busca por proteção jurídica coletiva dos ativos relacionados à cultura do abacaxi.

Esse cenário reforça a necessidade da reativação da ASPAB, fundamental para a estruturação de um Arranjo Produtivo Local (APL) e posterior organização de um cluster produtivo, conforme propõe Porter (1998), para quem os clusters não apenas promovem a competitividade das regiões, mas também facilitam o acesso aos mercados por meio de estratégias coletivas e da padronização de produtos.

Os desafios observados no município, tais como a baixa escolaridade dos agricultores, a falta de conhecimento sobre propriedade industrial e a ausência de assistência técnica especializada, constituem barreiras significativas para a formalização dos registros de IG e MC. Esse quadro evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas para a capacitação dos produtores, com foco no fortalecimento das competências locais e no aproveitamento das vantagens competitivas relacionadas às características singulares do abacaxi produzido na região.

De fato, a literatura especializada ressalta que a adoção de sinais distintivos coletivos, como IG e MC, representa uma estratégia eficiente para agregar valor aos produtos locais, promovendo sua diferenciação no mercado e fortalecendo a competitividade dos pequenos produtores (BRUCH et al., 2015; CUNHA; SAES, 2005). Ademais, o registro de uma IG ou MC proporciona benefícios não apenas econômicos, mas também sociais e ambientais, ao estimular práticas produtivas sustentáveis e a preservação das tradições culturais (VIEIRA et al., 2021).

O caso do município de Novo Remanso-AM, onde foi concedida a Indicação de Procedência para o abacaxi (BR402017000004-0), destaca-se como exemplo exitoso de como a formalização da proteção pode impulsionar a valorização do produto e fortalecer a identidade regional. Esse exemplo ilustra a viabilidade e a pertinência da aplicação dos instrumentos de propriedade intelectual à cadeia produtiva do abacaxi de Pedras de Fogo-PB.

Adicionalmente, as condições edafoclimáticas do município — como a elevada insolação média anual, associada a solos que, mesmo pobres, são aptos ao cultivo mediante práticas adequadas de correção — conferem ao abacaxi local atributos distintivos de qualidade, notadamente o elevado teor de °Brix, indicador da doçura do fruto (SOBRINHO, 2019; DOS SANTOS; PEREIRA, 2021). Esses elementos reforçam o potencial do produto para obter uma diferenciação no mercado, atestando sua aptidão para o reconhecimento por meio de uma IG.

Do ponto de vista econômico, a abacaxicultura paraibana movimentou cerca de R\$ 361 milhões em 2022, sendo superada apenas pela cultura da cana-de-açúcar no estado (IBGE, 2023). Em termos de exportação, o suco de abacaxi produzido na Paraíba alcançou, em 2022, aproximadamente US\$ 13,4 milhões, com incremento de 16,86% em relação ao ano anterior (FIEP, 2023), o que evidencia o potencial de expansão das atividades vinculadas à cadeia produtiva do abacaxi.

No entanto, conforme Maia et al. (2021), a deficiência em serviços de logística e infraestrutura, especialmente no que tange à ausência de packing houses adequados, limita a competitividade internacional do abacaxi paraibano, restringindo sua exportação em estado fresco. Esse é um dos desafios que podem ser enfrentados por meio do fortalecimento das organizações locais e do investimento em infraestrutura, promovendo o desenvolvimento de sistemas produtivos mais eficientes e integrados.

Em termos de propriedade intelectual, destaca-se que, para além dos benefícios econômicos, a proteção coletiva de

produtos por meio de IG ou MC contribui para a preservação da identidade cultural e das práticas tradicionais associadas ao cultivo, aspectos frequentemente valorizados pelos consumidores contemporâneos (ARFINI; ALBISU; GIACOMINI, 2011; SILVA; PAIXÃO, 2021). Assim, ao reconhecer formalmente a origem e as especificidades do abacaxi de Pedras de Fogo-PB, a comunidade local poderá consolidar uma posição diferenciada no mercado, fomentar o turismo rural e garantir a sustentabilidade da atividade produtiva a longo prazo (RANGNEKAR, 2004).

O principal produto técnico gerado por esta pesquisa foi a elaboração do manual didático para depósito dos sinais distintivos coletivos, cujo objetivo é orientar os produtores locais sobre os procedimentos necessários para o registro de IGs e MCs junto ao INPI. O material foi estruturado com base nas normativas oficiais, apresentando conteúdo claro, ilustrado e acessível, visando facilitar o entendimento dos processos e estimular a organização coletiva dos produtores.

A elaboração e disseminação deste manual configuram-se como um instrumento de apoio fundamental para a superação das barreiras identificadas, contribuindo para o fortalecimento da cadeia produtiva do abacaxi de Pedras de Fogo-PB, a valorização da produção local e o desenvolvimento socioeconômico da região.

5. Considerações finais

Este estudo atingiu seu objetivo ao elaborar um manual didático que orienta os abacaxicultores de Pedras de Fogo-PB sobre o registro de sinais distintivos coletivos junto ao INPI. Identificaram-se indícios de que fatores edafoclimáticos locais podem influenciar a qualidade do abacaxi, especialmente no teor de °Brix, mas destaca-se a necessidade de pesquisas adicionais para confirmar essa relação. O manual representa um primeiro passo para fortalecer a organização produtiva e fomentar ações futuras de valorização e proteção da produção local.

Agradecimentos

Agradeço ao Prof. Dr. Frederico Campos Pereira, à Secretaria de Educação do Município de Pedras de Fogo, aos agricultores locais e ao Instituto Federal da Paraíba (IFPB), pelo apoio e colaboração na realização deste trabalho. Este estudo foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), vinculado ao Instituto Federal da Paraíba, como parte das atividades de conclusão de curso.

Referências

ARFINI, F.; ALBISU, L. M.; GIACOMINI, C. **The role of geographical indications (GIs) in rural development**. In: BARHAM, E.; SYLVVANDA, B. (Org.). **Labels of origin for food: local development, global recognition**. Wallingford: CABI, 2011. p. 75-91.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da União**: Brasília, 15 maio 1996.

BRUCH, Kelly Lissandra; ZUCOLOTO, Giovanni; GRAZIANO DA SILVA, Delane; MENDES, Luís Renato; PRADO, Samara; BATALHA, Mario Otavio. Marcas coletivas e indicações geográficas como instrumentos de desenvolvimento territorial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, p. 469-486, 2015.

CUNHA, Carlos Alberto; SAES, Maria Sylvia Macchione. Sistemas agroalimentares locais: uma proposta de articulação entre recursos naturais e sociais para promoção do desenvolvimento local. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Marcos Fava (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. p. 287-310.

DOS SANTOS, Francisco Hélio; PEREIRA, José Pedro Fernandes. **Manejo e colheita do abacaxi: aspectos técnicos e recomendações**. João Pessoa: EMPAER, 2021.

FIEP – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. **Panorama do Comércio Exterior da Paraíba: exportações, importações e investimentos**. João Pessoa: FIEP, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MAIA, Erika dos Santos Leal; CÂNDIDO, Gleiciane; MACEDO, Madalena; VIEIRA, Aline. **Abacaxi: técnicas de produção, manipulação e aproveitamento**. Campina Grande: IFPB, 2021.

MARTINS, José Adelino. **Cultivo do abacaxi: práticas agrícolas e aspectos econômicos**. João Pessoa: EMPAER, 2007.

PORTER, Michael E. **Clusters and the new economics of competition**. **Harvard Business Review**, v. 76, n. 6, p. 77-90, 1998.

RANGNEKAR, D. **The socio-economics of geographical indications: a review of empirical evidence from Europe**. **UNCTAD/ICTSD Capacity Building Project on Intellectual Property Rights and Sustainable Development**, 2004.

SILVA, Ana Cláudia; PAIXÃO, Lílian Fernanda dos Santos. Indicações geográficas como instrumento de desenvolvimento sustentável territorial: um estudo sobre os cafés especiais no Brasil. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 11, n. 1, p. 46-65, 2021.

SOBRINHO, Tony. **Abacaxi de Pedras de Fogo: tradição e qualidade reconhecida**. Rit TV – Rede Internacional de Televisão, 2016, 2019, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso em: 10 abr. 2024.

VIEIRA, Aline Cristina Pereira; MACHADO, Juliana Vieira; RAMOS, Daniela Cerveira; OLIVEIRA, Felipe da Silva. Indicação geográfica como fator de desenvolvimento territorial sustentável. **Revista Brasileira de Direito**, v. 17, n. 1, p. 149-175, 2021.